

OPINION: More land rights mean fewer fires in Mozambique

by Arlindo Macuva

Monday, 17 February 2020 11:45 GMT



Farmer Carlitos Luis Vasconcelos holds a packet of seed in Mozambique. Photo: Arlindo Macuva

Land titles ease conflicts with neighbors - and can cut down on problems including runaway fires

Arlindo Macuva is a Mozambique-based project coordinator for the NGO Oram.

While fires in Australia and Brazil's Amazon have captured headlines over the last few months, half a world away and far

from the media spotlight, Mozambique was similarly ablaze.

The fires, combined with agricultural expansion and development, have reduced Mozambique's forest cover by three million hectares – about 11% – from 2001 to 2018, according to [the United Nations](#).

But a pair of innovative land-rights programs, funded by the U.S. Agency for International Development ([USAID](#)) and Britain's Department for International Development ([DFID](#)), are helping to clarify what is fueling the fires and are providing guidance on how the blazes might be battled.

For years, farmer Calisto Luis Vasconcelos had a front row seat to the fires.

Six times he lost his sugar cane crop to the flames.

“In the past, it has been out of control,” said Vasconcelos. “You would just see a wall of fire coming toward you with no warning”.

In Mozambique, fires are a season problem. They are the result of traditional farming practices in which farmers burn their fields to prepare them for the next planting season.

Unclear and undocumented rights to land add fuel to the fire, because when farmers have unclear and undocumented rights to their land, they tend to have conflicts with neighbors.

[The World Bank estimates that 90%](#) of rural land in Africa is undocumented, so, this is a common problem. The

undocumented and unclear boundaries and the slim margin for survival for many rural families are a destructive combination. Farmers often dispute boundaries with their neighbors with an eye toward claiming a few rows of their neighbor's corn or cane for themselves. With poverty and hunger high, every row counts.

These persistent disagreements over boundaries tend to sour relations between neighbors, sometimes bubbling over into outright violence. In this toxic environment, when a farmer decides to burn his or her field to make way for the next season's crops, they may not warn a neighbor of their plans or take care to ensure that the fire does not spread.

This was the case in Vasconcelos' community. He was locked in conflict with his neighbors over his prized parcel of land – four acres of extremely fertile land down by the river. “It is a good piece of land and everyone claimed it,” said Vasconcelos. “It was mine, but everyone wanted it.”

His neighbors would try to nibble away at the edges of his field, trying to get his land by taking a few rows of corn at a time. Their constant bickering meant that, in the words of Vasconcelos, “There were no rules. Things were out of control.” And when his neighbors burned their fields, they gave Vasconcelos no warning and took no action to contain the fires to their own fields.

This began changing when [DFID](#) and [USAID](#) funded programs to help communities clarify and document their land. Working in different villages throughout the region, USAID and DFID's

partners have been teaching villagers how to [use GPS-enabled tablets](#) and to document the boundaries of each person's fields.

Farmers receive land certificates with maps of their property, a calculation of acreage, their name, and a list of community witnesses – providing documentation of their land use. Now, everyone in Vasconcelos' village, Enhumua, has agreed on where their fields end, and their neighbors' begin.

Vasconcelos and his neighbors who have never had titles or deeds – often inheriting their land from their parents or buying it on a handshake – finally have the security of documentation that the land they farm is theirs.

Local government leaders Oliveira Pinto and Martin Gabriel Paiva said the land documentation programs were aimed at improving women's empowerment, boosting nutrition, and reducing conflict. They have achieved those goals and brought another unexpected benefit, reducing the uncontrolled fires. “Now that the issue of land is settled, we are working together more,” said Paiva.

“Now that we have recognized each other's rights, we have changed our behavior,” said Vasconcelos. “We respect each other. “

Arlindo Macuva is a Mozambique-based project coordinator for the NGO Oram. He works with communities across Mozambique to help them document their rights to land.

OPINIÃO: Mais direitos à terra significam menos queimadas em Moçambique

por Arlindo Macuva

Segunda-feira, 17 Fevereiro 2020 11:45 GMT



Agricultor Carlitos Luís Vasconcelos segurando um pacote de sementes em Moçambique. Foto: Arlindo Macuva

Os títulos de direito de uso de terra evitam conflitos com os vizinhos - e podem reduzir problemas, incluindo queimadas

Arlindo Macuva é coordenador de projecto da ONG ORAM, sediada em Moçambique.

Enquanto os incêndios na Austrália e na Amazónia brasileira dominaram manchetes nos últimos meses, a meio mundo de

distância e longe dos holofotes da *media*, Moçambique também estava em chamas.

Os incêndios, combinados com expansão e desenvolvimento agrícola, reduziram a cobertura florestal de Moçambique em três milhões de hectares - cerca de 11% - de 2001 a 2018, segundo as [Nações Unidas](#).

Mas um par de programas inovadores de direito à terra, financiados pela Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional ([USAID](#)) e pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional da Grã-Bretanha ([DFID](#)), estão a ajudar a esclarecer a causa dos incêndios e a orientar sobre como podem ser combatidos.

Durante anos, o agricultor Calisto Luís Vasconcelos estava na primeira fila das queimadas.

Por seis vezes ele perdeu a sua plantação de cana-de-açúcar por causa das chamas.

"No passado, estava fora de controlo", disse Vasconcelos. "Você só via uma parede de fogo vindo na sua direcção sem aviso prévio"

Em Moçambique, os incêndios são um problema de época. Eles são o resultado de práticas agrícolas tradicionais, nas quais os agricultores queimam as suas machambas para prepará-las para a época agrícola seguinte.

Direitos de terra pouco claros e não documentados acrescentam combustível ao fogo, porque quando os agricultores têm direitos pouco claros e não documentados das suas terras, tendem a ter conflitos com os vizinhos.

O [Banco Mundial estima que 90%](#) das terras rurais de África não são documentadas, portanto, este é um problema comum. Os limites não documentados e pouco claros e a pequena margem de sobrevivência para muitas famílias rurais são uma combinação destrutiva.

Os agricultores costumam contestar as fronteiras com os vizinhos com o objectivo de reivindicar algumas filas do milho ou da cana dos seus vizinhos. Com a pobreza e a fome em alta, cada linha conta.

Esses desentendimentos constantes sobre fronteiras tendem a azedar as relações entre vizinhos, às vezes resultando em violência directa. Nesse ambiente tóxico, quando um agricultor decide queimar a sua machamba para dar lugar às colheitas da próxima época, ele não avisa o vizinho sobre os seus planos e nem toma cuidado para garantir que o fogo não se espalhe.

Foi o caso da comunidade de Vasconcelos. Ele estava em conflito com os seus vizinhos por causa da sua preciosa parcela de terra - quatro hectare de terra extremamente fértil nas margens do rio. "É um bom pedaço de terra e todos reivindicavam", disse Vasconcelos. "Era meu, mas todo mundo queria."

Os vizinhos tentavam reduzir os limites da sua machamba, retirando algumas filas de milho de cada vez. As constantes disputas significavam que "não havia regras. As coisas estavam fora de controlo" - segundo Vasconcelos.

E quando os vizinhos queimaram as suas machambas, não avisaram ao Vasconcelos e não tomaram medidas para conter as chamas nas suas próprias machambas.

Isso começou a mudar quando o [DFID](#) e a [USAID](#) financiaram programas para ajudar as comunidades a clarificar e documentar as suas terras. Trabalhando em diferentes aldeias da região, os parceiros da USAID e do DFID ensinam os habitantes a usar [tablets equipados com GPS](#) a documentar os limites das suas machambas.

Os agricultores recebem DUAT (direito de uso e aproveitamento da terra) com mapas das suas propriedades, um cálculo da área cultivada, seu nome e uma lista de testemunhas da comunidade - fornecendo documentação sobre o uso da terra. Agora, todos na vila de Vasconcelos, Enhumua, chegaram a um acordo sobre onde terminam as suas machambas e começam as dos vizinhos.

Vasconcelos e seus vizinhos que nunca tiveram títulos ou acções – a maior parte dos quais herdou as terras dos pais ou comprou-a com um aperto de mão - finalmente têm documentação que lhes dá a segurança de que a terra que cultivam é deles.

Os líderes do governo local Oliveira Pinto e Martin Gabriel Paiva dizem que os programas de documentação agrária visam melhorar o empoderamento das mulheres, aumentar a nutrição e reduzir conflitos. Ao atingir esses objectivos, os programas trouxeram outro benefício inesperado, a redução das queimadas descontroladas.

Agora que a questão da terra está resolvida, trabalhamos mais em conjunto", disse Paiva.

"Agora que reconhecemos os direitos uns dos outros, mudamos o nosso comportamento. Respeitamo-nos." Disse Vasconcelos.

Arlindo Macuva é coordenador de projectos da ONG Oram sediada em Moçambique. Ele ajuda comunidades moçambicanas a documentar os seus direitos de terra.